

ATA N.º 244

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Ata-----

1.1 Ata 243 de 28 abril 2017-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Prestação de Contas Consolidada de 2016-----

4.3 Relatório Final da IGF-----

4.4 Freguesia de Couto de Esteves - Apoio -----

4.5 Regulamento Arrendamento Urbano-----

4.6 Regulamento Natalidade-----

4.7 Regulamento Recuperação Habitações Degradadas-----

4.8 Energia Elétrica - Autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais-----

4.9 AEVA - Isenção de Juros de Mora-----

4.10 3ª Revisão Orçamental-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Augusto Silva-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Andreia Coutinho Tavares-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- José de Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

Algum tempo depois de concluída a chamada compareçam os membros: -----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins e António Rodrigues Ferreira, Vereadores.-----
- Faltaram à sessão David da Silva Alves e Rui Manuel Arede Lopes, cujas faltas foram justificadas. Adérito Augusto Silva veio substituir Rui Manuel Arede Lopes.-----
- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 243, da sessão de 28 de abril de 2017, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Renata Marques, Sandra Silva, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Os membros Alexandre Machado, Diana Paiva e Mário Silva compareceram após a votação da ata pelo que não participaram na sua aprovação.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da empresa Unimadeiras para o jantar comemorativo do 42º aniversário;-----
- Convocatória da CIRA para a reunião ordinária de 3 de abril;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para o 40º Ralicross de Sever do Vouga;-----
- Convites do Rotary Club de Sever do Vouga para almoço de homenagem ao maestro Carlos Marques, o almoço da 1ª Gala da Universidade Sénior Rotary e o jantar festivo de transmissão de tarefas;-----
- Convite da A. Silva Matos para o 37º aniversário;-----
- Convite do Clube Desportivo e Recreativo da Silveira para as comemorações do 35º aniversário;-----
- Convite para o Congresso da Região de Aveiro;-----
- Convite da Associação Sempre Escola para o 8º passeio off-road;-----
- Assinatura da revista das Assembleias Municipais;-----
- Convite da Associação Irmãos Unidos de Talhadas para o Festival Pedras Morenas;---
- Convite da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas para participação no 4º Encontro de Freguesias com o nome Dornelas e para a comemoração do 28º aniversário da freguesia de Dornelas;-----
- Convite para a inauguração da Feira Nacional do Mirtilo 2017;-----
- Convite do Município de Castelo de Paiva para a Feira do Vinho Verde de Castelo de Paiva.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Carla Manuela Borges Soares** que felicitou o executivo pelo novo site do município, considerando o mesmo mais fácil de navegar, possibilitando uma maior proximidade com os seus visitantes. Disse, no entanto, ter ficado um pouco desagradada quando esteve a fazer uma pequena exploração do mesmo e, por acaso, no link da Freguesia de Cedrim e Paradela, apareceu uma informação relativa à freguesia de

Cedrim que está bastante desatualizada, que é o brasão de Paradela e, pelo que sabe, existe um brasão da União da Freguesias. Perguntou por que motivo tinha sido colocado o da freguesia de Paradela e não o de Cedrim, onde se encontra a sede? Seria bom verificarem a informação que está disponibilizada. Perguntou como será feita a gestão da página e quem fará a atualização da informação existente na mesma?-----

Continuou a sua intervenção, dizendo que se verifica uma grande preocupação com o turismo local, mas que, se essa preocupação é assim tanta, por que motivo não é feita a devida limpeza, por exemplo, dos miradouros? Disse saber que, na sequência da celebração dos acordos de execução, cabe a cada freguesia o serviço de limpeza das valetas e vegetação, mas, possivelmente, será necessária uma transferência de mais verbas para cada freguesia, atendendo aos relatórios de atividade que foram entregues para análise. Mas, certamente, o órgão executivo, que tem como função fiscalizar o cumprimento, ou não, dessa responsabilidade das freguesias, poder-se-á pronunciar sobre o assunto.-----

Perguntou se já tinham sido tomadas algumas diligências no sentido de evitar situações semelhantes à dos incêndios ocorridos em Pedrógão Grande e que trabalho tinha sido efetuado no sentido de haver alguma proteção da floresta do concelho.-----

Outro assunto que disse não poder deixar de referir, é a construção do novo Centro Escolar e o facto de ter de haver novo concurso por ser agora mais cara a sua execução. Perguntou se valeria a pena fazer aquele investimento na atual situação? Disse considerar ser necessário equacionar e verificar o estado de degradação de algumas das escolas do concelho e que há necessidade premente de trabalho de manutenção em grande parte dos edifícios que, em algumas situações, colocam em causa a segurança dos alunos que as frequentam.-----

De seguida, referiu que, quando os alunos de escolas mais distantes se deslocam à vila, têm de pagar o seu transporte, impedindo e dificultando o seu acesso, por exemplo, à Biblioteca Municipal. Sugeriu que, havendo agendamento e disponibilidade de transporte, o município suportasse o encargo com a deslocação dessas escolas, por iniciativa própria, uma ou duas vezes por ano.-----

Falando sobre a tendência de centralizar a educação, perguntou se a mesma tendência irá acontecer com a saúde também, uma vez que a extensão de saúde de Paradela já foi encerrada há algum tempo e a extensão de saúde de Cedrim já esteve para o ser. Disse que, no caso de Cedrim, existe médico em serviço e perguntou se será justo que, por não quererem pagar à funcionária que estava ao serviço o justo valor das suas funções ou por não haver administrativa, os utentes tenham que se deslocar ao Centro de Saúde para liquidarem as inscrições das consultas, levantar receitas ou terem que telefonar para saber onde será a consulta desse dia se em Cedrim ou em Sever? Disse não ser fácil perceber o transtorno e a despesa que isso acarreta para as pessoas que menos se podem deslocar. Perguntou o que é que o atual executivo tem feito pelo assunto, uma vez que é do seu conhecimento, e quais as diligências que têm sido tomadas?-----

Finalmente, e por não ter percebido na comunicação escrita de senhor presidente, em que ponto estão enquadradas intervenções de caminhos e estradas, pediu um esclarecimento sobre o ponto de situação da estrada junto à Casa Mortuária, em Cedrim e o caminho que a liga até à variante. Outra situação é a estrada do Porto Carro, em Paçô, que nunca mais sofreu qualquer intervenção e sobre a qual também já tinha falado em sessões anteriores. Terminou a sua intervenção salientando o estado degradado em que se encontra a estrada que serve o centro de Cedrim, cujas pessoas que nela passam, principalmente a pé, se queixam pela sua irregularidade.-----

A seguinte intervenção foi a de **Mário José Costa da Silva** que quis começar a sua intervenção por apresentar as suas sentidas condolências às famílias das muitas vítimas dos grandes incêndios que destruíram Pedrógão Grande, bem como agradecer, através dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, o fantástico trabalho desenvolvido pelos nossos “soldados da paz”, muitas vezes com o sacrifício da própria vida. Relembrou que deve haver uma reflorestação inteligente no país e, em particular, em Sever do Vouga, não apenas porque a maior parte da mancha florestal portuguesa já está coberta de eucalipto e é

preciso inverter esse cenário, mas também porque os proprietários agrícolas enfrentam um problema social crescente, que é a dependência económica da monocultura - sobretudo do referido eucalipto. Disse considerar ser importante existir legislação que obrigue a reflorestar a área ardida com plantas autóctones como carvalhos, freixos, amieiros, sobreiros e teixos, cuja distribuição geográfica deverá respeitar as características específicas de cada espécie, já que umas são mais adequadas às margens de rio e outras mais ajustadas à montanha. Informou que a Quercus e a Acrécimo – Associação de Promoção ao Investimento Florestal, acabam de apresentar ao Grupo de Trabalho para a Reforma da Floresta, no âmbito da Comissão da Agricultura e Mar, com doze medidas de política florestal para ajudar a resolver o problema dos incêndios. Mais disse que, uma das medidas é a obrigatoriedade de plantação de folhosas de baixa combustibilidade ao longo da rede viária municipal e nacional, seno que, a ideia é plantar aquelas árvores numa faixa de vinte metros para cada lado a contar da berma da estrada, extensível a cinquenta metros no caso das autoestradas, itinerários principais e vias rápidas. Entre as árvores em vista estão várias espécies de carvalhos – como o carvalho-alvarinho e o carvalho-cerquinho -, a nogueira, a cerejeira, o sobreiro e a azinheira, espécies folhosas que têm um baixo grau de combustibilidade e que retêm humidade. Realçou, no entanto, que, além da plantação, será preciso manter aquelas faixas limpas, lembrando a todos que, muitas das vezes limpa-se o mato mas deixa-se todo o tipo de lixo (garrafas de plástico, embalagens diversas, vidros, etc.) no local. Disse parecer-lhe, ainda, que seria importante, e para mais numa região de mercado minifúndio como a nossa, a obrigatoriedade do emparcelamento florestal, promovido pela Administração Central, em freguesias com propriedade rústicas com área média inferior a dez hectares em mais de 25% do seu território. O emparcelamento poderá ser acompanhado de incentivos à instalação de outras culturas florestais, para madeira ou fruto, que não o eucalipto.-----

Relativamente aos percursos pedonais do concelho, voltou a referir a falta de manutenção de muitos deles. Por exemplo, em Couto de Esteves para além da reposição (em falta) da ponte de madeira sobre o rio Lordelo, o Trilho da Aqualva está intransitável em parte do percurso, fruto da ação descuidada dos madeireiros e da falta de fiscalização de quem de direito.-----

Por fim, quis parabenizar a autarquia e os investidores privados pela reabertura da Praia Fluvial Quinta do Barco, não deixando, no entanto, de mostrar alguma preocupação com a falta de notícias a propósito das prometidas praias fluviais nos lugares do Couto de Baixo e do Barreiro, ambas na freguesia de Couto de Esteves.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por desejar o maior sucesso para a celebração da 10ª edição da Feira Nacional do Mirtilo, e que os objetivos de promoção do mirtilo, bem como de todos os produtos derivados, sejam atingidos sem esquecer o contributo da mesma para a valorização turística do concelho. Disse não ter dúvida de que a Feira Nacional do Mirtilo, associada à Ficavouga, é uma mais-valia para a promoção do concelho, no entanto, todos devem questionar se o reforço de verba, para a realização daqueles eventos, a saber, duzentos mil euros para a Feira Nacional do Mirtilo e trezentos mil euros para a Ficavouga, não será exagerado. Disse que, na sua opinião, é possível efetuar as mesmas com a dignidade que nos merecem, sem haver reforço de verbas, demonstrando, assim, uma boa gestão de dinheiro público. Disse ter percorrido a feira no dia anterior à sessão, sendo notório o empenho e dedicação das pessoas envolvidas na organização, expositores, artesãos, funcionários do município e até os próprios munícipes em promover o concelho, dando os seus parabéns a eles também. --- Outro assunto que quis referir tem a ver com a avaliação de desempenho dos funcionários públicos, SIADAP – Decreto Regulamentar n.º 18/2009, que é obrigatória a execução da avaliação dos funcionários públicos, bem como a fixação de objetivos para os mesmos. Perguntou qual era o ponto de situação.-----

Relativamente à tragédia ocorrida em Pedrógão Grande, apresentou as suas condolências a todas as famílias afetadas. Disse que, aquele trágico acontecimento deveria servir como um alerta para todos, tal como referiu na sessão de 30 de setembro de 2016, reforçando a

sua preocupação com a floresta, considerando que a prevenção é muito importante. Nesse sentido, perguntou se tinha havido alguma reunião com os Bombeiros, as Juntas de Freguesia, os Concelhos de Baldios, ou qualquer outra entidade, com vista à implementação de mecanismos de alerta e prevenção de incêndios? Se sim, pediu que o executivo esclarecesse a Assembleia Municipal sobre o resultado da mesma e que medidas tinham sido tomadas, ou quais estão previstas, de forma a que este problema seja minimizado pelo lado da prevenção.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas e, começando pela intervenção de **Carla Soares**, informou que o novo site do município, aberto ao público no dia anterior, não tinha, ainda, toda a informação pretendida, estando a ser inserido tudo o que é necessário para que o mesmo seja mais operacional do que era antes, razão pela qual se avançou com um site novo, sendo que, dentro em breve, estará com toda a informação necessária e mais operacional do que antes.-----

Sobre o turismo local, o presidente da Câmara disse que, por muito que se tente ir a todos os locais, há sempre alguns que aguardam mais tempo. Aproveitou para dizer que todas as intervenções abrangeram alguma parte das limpezas nos locais referidos. Disse existir uma dificuldade enorme com o orçamento do presente ano, pois até agora, o município recorria a serviços externos devido à falta de pessoal nalguns setores. Com o orçamento de estado de 2017, limita a contratação de serviços, através do célebre artigo 49º, que diz que não se poder gastar mais do que no ano anterior, e isto dá para responder, também, ao membro Toni Martins, em relação aos gastos dos vários eventos, os orçamentos do presente ano têm de estar dentro do plafond do ano anterior, não podendo ultrapassar isso em relação aos serviços, portanto, existe um controlo nesse sentido. -----

Relativamente à questão dos acordos das Juntas de Freguesia, o presidente da Câmara disse que essa é uma discussão que foi iniciada em tempos e que, pelo aproximar do fim do mandato, entendeu-se não ser a altura certa para se fazer uma revisão desses acordos. O próximo executivo trabalhará, com certeza, os novos acordos nesse sentido e devem ser salvaguardadas algumas dessas situações para que as juntas tenham essa disponibilidade.---

Relativamente aos incêndios, e respondendo a várias questões colocadas, o presidente da Câmara disse que o município tem um plano de prevenção e um plano de intervenção onde estão todas as partes, sendo realizadas reuniões com Bombeiros, Baldios, Juntas de Freguesia, e nesses documentos constam as regras e os meios que disponibilizamos dentro do plano para situações de urgência, sendo que, tudo aquilo está elaborado e pronto a funcionar. O que talvez esteja em falta são os caminhos florestais, onde se tem tentado, dentro do possível, melhorar o acesso a determinados locais, estando, ainda, a ser realizado trabalho nalguns locais que se consideram serem menos acessíveis.-----

Sobre o Centro Escolar, o presidente da Câmara disse que foi lançado um concurso, tendo sido elaborada uma estimativa orçamental talvez demasiado baixa, uma vez que nenhum empreiteiro concorreu dentro daquela base, obrigando a uma revisão do preço base e ao lançamento de um novo concurso, que se encontra no período de análise de erros e omissões.-----

Relativamente à questão colocada sobre a saúde, o presidente da Câmara disse que, as questões da transferência de competências, ou seja, a descentralização, estão a ser discutidas com o atual governo, pois a saúde não é uma competência do município. No entanto, sobre o caso concreto que apresentou, afirmou haver informação de que não existe qualquer problema em relação a Cedrim, uma vez que o novo diretor do AcES Baixo Vouga garantiu que não é para encerrar. O presidente da Câmara disse ter conhecimento do problema com a funcionária e que tinha reunido com a senhora, tendo ficado a saber que o grande problema prende-se com o facto de ela estar a trabalhar em dois postos médicos (Cedrim e Talhadas) e considerar que a sua remuneração não está adequada para o efeito. Disse ter discutido sobre esse assunto com o senhor diretor do AcES, que garantiu ter resolvido o problema. Referiu o problema geral da falta de médicos para fazer noites no Centro de Saúde (das 20:00 às 23:00), sendo que, os médicos com mais de sessenta

anos podem recusar-se a fazer trabalho noturno e o diretor do AcES está a tentar arranjar médicos das redondezas que possam fazer esse serviço. No caso de Cedrim, é necessário aguardar, uma vez que se trata de um problema burocrático - o enquadramento da senhora no quadro do Ministério da Saúde. Disse serem situações que o preocupam e que tentará, juntamente com as instituições que coordenam e controlam, para que possam ser melhoradas.-----

Sobre a estrada da Capela Mortuária, o presidente da Câmara informou que está a ser preparado um processo de lançamento de uma empreitada para a sua conclusão, sendo certo que, há um espaço que já entrou na empreitada das intempéries, lançado há mais de um ano, e que está em fase de execução e conclusão.-----

Quanto ao Porto Carro e a estrada central de Cedrim, disse ter conhecimento das situações, mas que não se consegue ir a todo o lado, embora esteja a insistir com a AdRA para colocarem o saneamento naquele espaço e depois corrigir aquela estrada.-----

Reportando-se à intervenção de Mário Silva, e começando pelo assunto do ordenamento florestal, o presidente da Câmara disse que, ultimamente, tem sido publicada legislação em quantidade, levando à obrigatoriedade de limpezas, afastamento e espécies florestais, sendo evidente que é problemático e que são medidas nacionais impostas por lei. Informou que o município deu muitos contributos para alguns desses diplomas, tendo sido também sido discutidos os contributos ao nível da CIRA. Foram compostos vários textos de acrescento à lei que pudessem melhorar os diplomas que estão a sair e é necessário aguardar, sendo certo que está de acordo quanto a isso e quanto ao emparcelamento.-----

Sobre os trilhos pedonais, o de Agualva e do Couto, o presidente da Câmara disse estar a aguardar uma intervenção de uma empresa para a remarcação e recolocação de sinalética para melhorar os três percursos, em todos os níveis, pela circulação das pessoas, mas, principalmente, pela sinalética. Disse ter sido necessário aguardar devido ao problema da ponte, que ainda está em construção, e que, quando a ponte estiver concluída, a marcação será feita.-----

Sobre a praia fluvial, o presidente da Câmara informou ser um processo que está a ser fechado e que, no caso do Couto de Baixo, os serviços estariam a tentar expropriar terrenos, uma vez que o projeto apresentado pela EDP trazia muitas insuficiências, nomeadamente ao nível das medições e dos equipamentos a instalar, razão pela qual teve de ser ajustado.-----

Relativamente à avaliação de desempenho o presidente da Câmara disse tratar-se de um processo que está a ser discutido com os sindicatos na perspetiva de se proceder à ponderação curricular. Estão elaborados os critérios para depois realizar-se uma reunião com os trabalhadores, porque muitos deles não perceberam muito bem o processo inicial. A progressão nas carreiras já existe há muitos anos, mas não haverá lugar a progressão nas carreiras enquanto as mesmas não forem desbloqueadas e quem trabalha na função pública sabe disso.-----

Foi dada a palavra a **Albano de Amaral Macedo** que disse o seguinte: -----

"Há momentos em que nós fazemos uma pausa para refletir e, depois de uma introspeção ao nosso passado recente, chegamos à conclusão de que andamos cá a mais. Realçou que, este "cá", é apenas e, por enquanto, no que respeita à atividade política ou autárquica. Todo esse passado, é visionado no nosso consciente, como se tratasse de um filme a que fizemos um replay... assim passa então pelo nosso imaginário todo um passado autárquico, cada vez mais dilatado e diferente da atualidade e nem preciso de consultar o cartão de cidadão para me sentir que, de certo modo, já não faço parte deste filme, que o meu ilusório e dispendioso protagonismo, ineficaz e sem brilho, está fora de prazo, como um qualquer iogurte, passou de validade, caducou, azedou... mas por estranho que pareça o iogurte mesmo azedo ou com a validade ultrapassada, pode ser usado para criar novos iogurtes, mais saborosos e com mais energia. Depois de fazer um exame de consciência, posso constatar que já não tenho a vitalidade, a saúde, o discernimento, a imaginação de outros tempos. Projetei na tela da vida o filme da minha existência e constatei que ficou muito por fazer, que, se voltasse ao passado, alteraria muito do que fiz, o que equivale a

dizer que me posso sentir frustrado, insatisfeito e que já é tarde para fazer tudo diferente ou para realizar algo mais que sempre ambicionei, pois já não há tempo e condições para cumprir tais objetivos, mesmo que, segundo nós próprios apregoamos, tenhamos “todo o tempo do mundo”. Durante dezenas de anos escrevi milhares de páginas para dar livre curso ao meu pensamento, a maioria das quais lutando em defesa do meu concelho, da minha terra e das minhas gentes. Fi-lo ao meu jeito, nem sempre compreendido, em várias sessões, que não atingiram os fins em vista e que andam por aí agora. Fi-lo por bairrismo, por prazer, por devoção, por amor a este torrão. Para além das propostas e textos, muitos outros ficaram nos arquivos ou perdidos no amontoado de papéis, que um kota guarda, com carinho e com um sentido de vida. Chegou a altura de parar, ou, como diz a canção “é tempo de emalar a trouxa e zarpar”. Para já, talvez o momento próprio para me dedicar aos Filhos de Sever do Vouga ou ler uns livros, ou melhor ainda...tentar viver a vida... Para não enferrujar, virei visitar os próximos membros desta assembleia municipal, que tanto me acarinhou, durante tantos mandatos, tantas coisas para recordar desde os longínquos anos de 1979 ou 1982... Aqui deixo um abraço para todos e um obrigado sincero por me terem aturado durante tanto tempo, não só quando vos bombardeava com as minhas palavras, ou pelas minhas propostas ou intervenções. Para os Presidentes da Câmara com quem convivi, e convivi com todos eles desde 1976, desde um inicial Conselho Municipal às diversas Assembleias Municipais, fica a minha saudade do Eng. Ferreira de Castro e Custódio Silva e a minha amizade e simpatia para os seguintes, Severo de Carvalho, Manuel Soares e António Coutinho. A todos os antigos membros desta assembleia e aos atuais e estimados deputados municipais, fica a minha gratidão por me terem dado a oportunidade de satisfazer esta minha paixão de ser autarca deste órgão municipal, sempre com Sever do Vouga no pensamento. Outros mais dotados, certamente com idêntica paixão à nossa terra e com meios mais adequados, farão, certamente num futuro próximo, melhor, pois a nossa terra merece toda a nossa dedicação. Sobre o passado, não me posso esquecer do início desta aventura de 1989. Desde 1989, procurei contribuir para que esta Assembleia fosse devidamente dignificada, sob a batuta do Eng.º Armelim Amaral, do Dr. Almeida e Costa e atualmente de V.Ex.ª Dr. Manuel Soares. Sempre exerci as minhas funções autárquicas com seriedade e dedicação, dinamismo e entusiasmo, e com trabalho em expediente integral, apresentando primeiramente o projeto para criar um ambiente favorável ao trabalho desta assembleia municipal (com acomodações adequadas, tanto para os elementos da minha bancada como para os membros das outras bancadas), para depois poder afirmar que esta Assembleia pudesse ser também um espaço. De formação e capacitação, uma Escola Política, de gestão pública, para formar cidadãos que queiram investir o seu tempo também em estudos que permitam serem verdadeiros e competentes autarcas, cada vez mais e melhor preparados. Procurei sempre tratar cada membro desta assembleia com o respeito que lhe é devido, seja da situação ou da oposição, pois sempre pugnei por esse respeito e pela dignificação deste órgão autárquico. No final destes mandatos, neste órgão autárquico, dita a minha consciência fazer uma reflexão de fecho, que o impiedoso cronómetro da Mesa impõe que seja breve. Nestes inúmeros anos em que procurei sempre servir o Município e esta Assembleia Municipal e não deles me servir, entrei de mãos limpas – e não lavadas – e saio sem necessidade de ir ao lavatório. Tenham todos, essa mesma visão de limpeza e higiene autárquica. Esta será, possivelmente, a última sessão deste mandato autárquico, pois a próxima, já será em campanha eleitoral, e julgo ser interessante e até necessário refletir sobre as posições e trabalho desenvolvido nesta assembleia. Para alguns autarcas, será a despedida por agora, pois não serão candidatos nas próximas eleições autárquicas. Para esses autarcas, um público agradecimento, por termos tido o privilégio de debatermos alguns problemas. Neste hemiciclo travaram-se debates acesos e muitas vezes com a frescura inerente a lutas de ideias, algumas vezes com soluções prestigiantes e, noutras vezes com atitudes menos elegantes. Mas, é tempo de fazermos um pequeno balanço desta nova atividade. Para uns, os objetivos propostos, certamente, foram atingidos, enquanto para outros não. Por estranho que pareça, na minha opinião não foram, porque a fasquia de

fazer mais e querer o melhor para o concelho e para a nossa terra e para as nossas gentes, muitas vezes obriga-nos a estabelecer graus de exigência muito elevada que algumas vezes não podem ser seguidas por outros. Todos temos consciência em como esta assembleia para ser devidamente dignificada nas suas intervenções, têm a necessidade de estruturar a sua filosofia de trabalho. Deveria ser criado um fórum nesta assembleia para discutirmos estratégias de desenvolvimento para o concelho; um local de debate dos problemas que afligem no concelho; um local privilegiado para o encontro de soluções de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das nossas gentes. Na minha opinião, existem outros assuntos que compete à assembleia resolver e que a dignificam muito mais. Uso este período pela última vez e parece que já tenho saudades. Vivi neste hemiciclo Municipal cerca de trinta anos de vida autárquica. Convivi com muitos Presidentes desta Assembleia, alguns já falecidos, tais como o professor Evaristo, engenheiro Ferreira de Castro, aos quais presto a minha sincera homenagem. Outros, ainda vivos, como o engenheiro Valdemar Coutinho, Severo de Carvalho e engenheiro Armelim Amaral, Dr. Almeida e Costa e agora o Dr. Manuel Soares. De todos tenho as melhores recordações e muito respeitosamente os saúdo. Nesta Assembleia fiz amizades com membros de todas as sensibilidades políticas e partidárias. Sempre respeitei a personalidade dos meus adversários e mesmo quando o calor da discussão aumentava, se por qualquer motivo ofendi algum membro desta Assembleia, desde já apresento as minhas sentidas desculpas. Sempre procurei exercer os meus mandatos, não só no discurso político, mas também na relação com a sociedade e com os meus adversários. Respeito-os e, como tal, também agradeço todo o respeito que sempre tiveram para comigo. No princípio, a situação era difícil e a grande dificuldade era de ordem financeira. Hoje, as Câmaras têm uma autonomia maior para gerirem os seus fundos e as suas dotações e ainda têm os dinheiros comunitários, coisa que, na altura, não existia. Era preciso desenvolver ações muito reivindicativas para conseguir financiamentos para Sever do Vouga porque, para além do dinheiro ser pouco para todos, as verbas, muitas vezes, eram distribuídas de acordo com a cor política das autarquias. Todos sabemos que a desumanização neste nosso mundo em que vivemos provocou uma política e uma cultura em que tudo se compra. Os princípios, as ideologias e até, inclusive, os lugares no parlamento. Mas nós, serranos que somos, ainda temos princípios, solidariedade e damos o verdadeiro valor à amizade. Embora já se cheire a período pré-eleitoral, não julguem as minhas palavras como tal. As minhas palavras serão mais proferidas no sentido de demonstrar não um dever cumprido, mas mais como que um balanço para todos poderem aferir se valeu a pena termos um poder local nascido em 1976. Lembrem-se, alguns talvez se lembrem, que, para fazer este novo arruamento, se teve que contrair um empréstimo de algumas centenas de contos e o que era muito avultado para a época agora são uns míseros contos nos orçamentos camarários. Lembrem-se da estrada para Vale de Cambra e para as Talhadas? E o cinema? E a Piolhosa? E a escola ou o colégio na altura? E os alunos, que tinham de ir estudar para Albergaria, Águeda, Aveiro ou Oliveira de Azeméis? Ninguém tem o direito de dizer que nada se fez para melhorar a qualidade de vida do concelho. Quem tal disser está a mentir. Mas os adversários políticos podem dizer que se fez pouco ou que se podia ter feito mais ou melhor, etc., porque têm toda a razão. Um verdadeiro autarca nunca está satisfeito. Ai daquele autarca que diga “cumpri o meu dever” ou que “tenho a consciência de que tudo fiz”. Um autarca quer sempre fazer cada vez mais. Cada vez melhor. É por natureza um ser insatisfeito. Vive os problemas, os incêndios, o desemprego, a pobreza, a educação, os transportes, a qualidade de vida, etc., e até põem em risco a sua vida privada e profissional por paixão e apostolado. Pois um autarca é muitas vezes mais solidário e amigo do que os outros que têm esse dever. É, muitas vezes mais, um confessor e ouvinte do que outros que têm o dever e não nos ouvem. Basta ver Sever do Vouga dos nossos dias. A nossa paisagem e a qualidade de vida dos severenses. O que são hoje as aldeias deste concelho. A credibilidade e imagem pública e competitiva que Sever do Vouga cada vez tem mais no aspeto cultural. O que foi possível requalificar em termos de espaço público e urbano. O que foi feito a nível social, de educação e de formação. A abertura do pré-escolar. Uma

coisa que não é muito vulgar, sobretudo, aqui na nossa região e estarmos a construir os novos centros escolares. Portanto, o balanço é positivo. Mas, está incompleto, e espero nos próximos quatro anos, se possa dar um empurrão ainda mais decisivo ao que falta fazer. Depois gostaria de ver afirmada a centralidade que o concelho tem que é única. E temos que ter talento para a aproveitar. Estamos no eixo norte/sul a meio caminho entre Porto, Aveiro ou Coimbra e Aveiro e Viseu e podemos ser a zona de lazer e descanso desses viajantes e turistas. Temos, também, que dar a especial atenção ao planeamento e ao ordenamento do território. Um território que não seja planeado devidamente nunca vai ser competitivo nem apelativo. Depois, temos que ter um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Sinceramente, passados cerca de trinta anos de vida autárquica nesta Assembleia Municipal, faço um balanço francamente positivo de todos estes anos. Mas, que fique claro, que não restem dúvidas, especialmente num ano eleitoral, em que todos aqueles que fomos eleitos vamos ser sujeitos à avaliação suprema em democracia, o voto livre, informado e consciente dos cidadãos. Durante os meus mandatos nesta assembleia, cometi erros e assumo a responsabilidade deles pelo que, peço perdão aos que esperaram viver melhor e que foram dececionados mas, todos sabemos que, falar é fácil, fazer é que é difícil. A todos os que voltarem a esta Assembleia Municipal as maiores felicidades e, desde já, o meu agradecimento pela vossa disponibilidade. Aos que, como eu, partem, votos de muita saúde e felicidades para a vossa vida. Não se esqueçam, não vamos fugir nem parar. Vamos dar lugar à geração do futuro, mas vamos andar por aí. Obrigado por me terem concedido trinta e muitos anos de felicidade política. Para todos vós um sincero abraço do tamanho do mundo e, como dizia Raul Solnado, “façam o favor de serem felizes”. No encerramento do II Encontro de Mulheres Autarcas de Freguesia, no Grande Auditório do Taguspark, em Oeiras, Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que "é preciso fazer muito mais em termos de participação política das mulheres"... mulheres da minha terra, não se esqueçam, esta terra precisa de vós.! E com a serenidade própria de quem parte com o dever cumprido, sem amarguras e com um sorriso nos lábios, afirmo, como diria Fialho de Almeida: “Miando pouco, arranhando sempre e não temendo nunca!”-----

A próxima intervenção foi a de **José Luís da Silva e Almeida** que começou por dizer que, tendo presente o percurso que teve nas sucessivas sessões da Assembleia, disse reconhecer que o trabalho produzido nem sempre foi o melhor, mas que a sua atividade profissional não lhe permitia muito mais e, como sabe que o mesmo acontece com muito dos outros membros, disse restar-lhe agradecer a sua compreensão e paciência. Disse saber que as responsabilidades profissionais nem sempre se coadunam com uma maior e melhor participação naquele nobre espaço de reunião. Manifestou não ter, apesar disso, nenhum peso na consciência porque sempre procurou defender, ali ou onde esteja, o concelho de Sever do Vouga. Quis deixar algumas notas que espera venham a merecer alguma atenção e reflexão, uma vez que será a sua última intervenção na vigência da Assembleia. Começou por dar os parabéns ao município pelas iniciativas culturais, e outras, que têm levado a cabo ou patrocinado, nomeadamente a Feira do Mirtilo, as atividades no Centro de Artes e na Biblioteca, e a Ficavouga. Afirmou que aquelas iniciativas promovem o concelho e tornam-no mais atrativo para quem o visita. Destacou, ainda, o Vougapark pelo seu importante papel como dinamizador da iniciativa empresarial, sobretudo jovem. Alertou para a importância de manter em condições de utilização, segurança e salubridade, os inúmeros espaços públicos que existem no concelho e que contribuem para a beleza da sua paisagem natural. Disse que, a sua limpeza ajuda a proteger-nos de algumas das calamidades que atingem outras zonas do país. Declarou estarem todos solidários com as suas gentes, com os bombeiros e com as demais entidades que estão a contribuir para minimizar o sofrimento que atravessam.-----

Num aparte, disse arrepiar-se da forma como este pequeno país reagiu e apoiou aquelas populações. Deixou um desejo, oxalá que toda a ajuda angariada não se perca em burocracias e quejandos.-----

Retomou o assunto inicial para realçar que a proximidade e a verdade no relacionamento com os severenses, imagem que marcou os executivos que sucessivamente apoiou, sendo, para si, a condição fundamental para o sucesso da gestão autárquica do concelho.-----
Disse ser, ainda, altura para reconhecer e agradecer, aos elementos da sua bancada, o apoio que sempre dispensaram às iniciativas que assumiram e, aos demais, os contributos que dão para as melhorar. -----

Por último, disse ficar a amizade e os bons momentos de convívio que se criaram.-----

Foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse ficar já com saudades e com muita pena de ouvir o senhor Albano Macedo dizer que vai abandonar aquela casa, principalmente pelos anos que já dedicou e, ainda sem discutir com os outros membros da sua bancada, deixou à consideração da Assembleia Municipal, pelos anos de serviço que aqui dedicou o senhor Albano Macedo, dar-lhe um voto de louvor pela sua dedicatória, pela sua dedicação precisamente à vida autárquica naquela casa.-----

Disse ter falado, já em tempos, sobre o orçamento participativo e o facto do mesmo ter sido acolhido pelos munícipes de uma forma bastante profícua, tendo em conta as propostas que foram apresentadas. Deixou a sugestão de se considerar que o modelo deve ser avaliado no final e que devem os membros daquela mesa participar nessa avaliação, corrigir o que for de corrigir, acrescer o que for de acrescer, para assim se alcançar um modelo que permita a todos ter a sua colaboração. -----

Aproveitou, ainda, para fazer um alerta sobre um assunto muito abordado por vários munícipes que residem no centro da vila, relacionado com a Feira do Mirtilo, considerado algo de muito extraordinário para o concelho, no entanto, há-que conseguir conjugar a festa com o direito ao descanso da população. Isto porque, segundo o que lhe foi transmitido, pois não reside no centro da vila, a partir da meia noite, quando terminava o programa festivo da feira, a música ficava num volume de tal ordem tão intenso e por horas tão prolongadas que as pessoas não descansavam. Disse ser de pensar que, a partir da meia noite, a música ambiente deveria ficar num volume mais baixo e confinado à zona dos convívios de modo a não perturbar as pessoas que residem na zona da feira. -----

Respondendo às intervenções dadas, o **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que, embora entenda não ser o dia nem o local próprio para o fazer, apresentava a sua homenagem pessoal aos membros Albano Macedo e José Almeida.-----

Disse ter tomado nota em relação à exposição de Albano Macedo quanto à centralidade, afirmando ser uma das suas ambições.-----

Relativamente ao orçamento participativo, disse estar perfeitamente de acordo com a proposta apresentada, e que, como era um processo iniciado neste ano, teria de ter a sua avaliação e serem implementadas melhorias para as próximas edições.-----

Quanto ao ruído provocado pela atuação dos DJ's na Feira do Mirtilo, o presidente da Câmara, disse ser possível concentrar tudo no local dos bares, como foi sugerido por Diana Paiva, por forma a limitar e reduzir o barulho.-----

Continuando, o presidente da Assembleia Municipal dirigiu a palavra a Diana Paiva para perguntar se pretendia que fosse transformada em proposta a sua sugestão de louvor ao membro Albano Macedo, tendo respondido que ficava a sugestão. -----

Terminadas as intervenções, o membro Albano Macedo apresentou e sugeriu que fosse aprovado um voto de pesar, subscrito por todos os líderes dos partidos representados na assembleia, formulado de acordo com o seguinte:-----

Voto de pesar, louvor, solidariedade e reconhecimento - A Assembleia Municipal de Sever do Vouga, em sessão de 30 de junho de 2017, tendo em consideração os trágicos acontecimentos do incêndio ocorrido de 17 a 24 de junho de 2017, aprovou o seguinte voto de pesar, louvor, solidariedade e reconhecimento: -----

Pesar pelas vítimas dos incêndios ocorridos nas zonas de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Sertã, Pampilhosa da Serra, Arganil e outras zonas flageladas pelos trágicos acontecimentos. A Assembleia Municipal de Sever do Vouga associa-se à dor que muitas famílias, infelizmente, tiveram ao longo destes dias de martírio que, certamente, irá perdurar por muito tempo. Desejos sinceros da rápida recuperação dos

feridos desses incêndios e que regressem rapidamente à vida normal sem debilidades. **Solidariedade** para com as populações evacuadas, algumas delas despojadas de todos os seus bens, mas também pelas conseqüentes perdas materiais e ambientais, transmitindo ainda a mais profunda solidariedade às famílias em luto. Para com os familiares dessas vítimas inocentes, assim como para todos os que perderam os seus bens, haveres, animais, votos sinceros que nunca lhes falte a esperança e fé na reabilitação e na recuperação de uma vida normal. Uma palavra final de estímulo e solidariedade para com todos aqueles a quem estas calamidades causou prejuízos pessoais e materiais. Com a colaboração solidária de todo o povo português mostraremos ao mundo como somos fortes e estamos convictos de que a recuperação será possível. **Louvor**, queremos neste voto de louvor reforçar os obrigados que tantas vezes nos esquecemos de dar. Agradecer a todos os nossos bombeiros voluntários a serenidade que nos transmitem e a segurança que nos dão. Agradecer o esforço e sacrifício de deixarem de estar com os seus para irem em auxílio daqueles que não conhecem e ajudarem a debelar os incêndios ou socorrer nos sinistros ou doenças. Agradecer a outras entidades, como Autoridade Nacional de Proteção Civil, aos Serviços Municipais de Proteção Civil, aos Bombeiros Voluntários e demais corporações envolvidas, à Guarda Nacional Republicana, aos presidentes das Juntas de Freguesias dos concelhos atingidos, aos autarcas envolvidos, aos municípios vizinhos que disponibilizaram meios e recursos, ao exército, às empresas privadas de construção, restauração e alojamento, aos funcionários municipais e das freguesias, e a todos aqueles que espontaneamente se associaram aos trabalhos de reposição da normalidade, nos concelhos atingidos. Aos nossos Bombeiros Voluntários, tantas vezes esquecidos ou maltratados e só recordados nas grandes calamidades, doenças ou sinistros, que devem servir de exemplo para todos nós, pois todos os dias são os maiores exemplos de coragem que temos junto de nós. Louvor, ainda, a todos os severenses que prontamente se mostraram solidários e empenhados em campanhas de apoio e pela pronta e eficaz ação de angariação de recursos destinados a apoiar as vítimas dos diversos incêndios ocorridos nos últimos dias. **Reconhecimento** aos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e de Portugal pela determinação, empenho e coragem no combate aos incêndios que assolaram o país e que, certamente, ainda não nos deixarão em paz, pelo que, reconhecidamente, contaremos sempre com a abnegação dos Bombeiros Voluntários. Enorme reconhecimento público aos Bombeiros Voluntários por possuírem um espírito altruísta, um espírito de missão que nunca é por demais louvar, e merecem de todas as entidades este voto de louvor. Os Bombeiros Voluntários portugueses e, em particular, os Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, têm sido de uma dedicação extrema, colocando em risco a sua própria vida para salvar bens e para salvar a vida de outros. Temos, também, a obrigação de procurar perceber, junto destes, o que está a falhar, do que é que eles precisam, em que lhe podemos ser úteis e não nos lembrarmos só dos nossos Bombeiros Voluntários nas épocas de aflição. Eles merecem o nosso respeito, ajuda e o nosso obrigado porque, como referia Winston Churchill, *“a coragem é a primeira das qualidades humanas porque é a qualidade que garante as demais”*. ----- Por último, foi decidido enviar uma cópia deste “Voto de pesar, louvor, solidariedade e reconhecimento” à ANMP, para fazer chegar às entidades que julgar por mais conveniente, e, aos municípios afetados por tão trágico acontecimento. ----- Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

4.2 Prestação de Contas Consolidadas de 2016: - Seguidamente, foram apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Portaria n.º 474/2010, de 1 de

julho, publicada no DR II Série n.º 126, na sequência da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, às quais foi apensa a Certificação Legal de Contas emitida pelo auditor externo. No uso da sua competência, foram apreciadas e colocadas à votação as contas consolidadas, tendo as mesmas sido votadas com dezanove votos a favor, de Adérito Silva, Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Custódio Lima, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques e Sérgio Silva, e oito abstenções, de Carla Soares, Carla Tavares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Diana Paiva, José Rocha, Sandra Silva e Toni Martins.-----

4.3 Relatório Final da IGF: - Foram transmitidas ao órgão deliberativo as recomendações apresentadas pela Inspeção-Geral das Finanças, na sequência da auditoria realizada que teve como objetivo geral concluir sobre a política de planeamento territorial, bem como a gestão e fiscalização urbanística do município, mormente nas componentes de legalidade, financeira e patrimonial.-----

O presidente da Câmara Municipal informou que já tinha sido enviada uma comunicação à IGF a acatar a maior parte das recomendações.-----

O presidente da Assembleia Municipal propôs, face à explicação do presidente da Câmara Municipal, sobre as recomendações e tomada de posição, que o município e os serviços deem cumprimento às recomendações e sugestões da IGF, com urgência.-----

4.4 Freguesia de Couto de Esteves - Apoio: - No uso da competência dada à Assembleia Municipal pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a atribuição de um apoio no valor de € 9 000,00 (nove mil euros), à Junta de Freguesia de Couto de Esteves, correspondente a 50% do investimento a realizar com os trabalhos de pavimentação de ruas e espaços públicos naquela freguesia, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e sete membros presentes. -----

4.5 Regulamento do Arrendamento Urbano: - Antes da análise da proposta do Regulamento para Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais, foi aberto um período de intervenções:-----

Foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse ter reparado nalguns pormenores que gostaria fossem esclarecidos, nomeadamente: o valor de referência do indexante dos apoios sociais estar associado ao ano de 2016 quando, em 2017, o valor ser diferente. Chamou à atenção de que há um período de apresentação de candidaturas e alguns casos especiais. Disse não concordar que, após o período dedicado à apresentação de candidaturas, se abra outro fora do prazo. Isto, porque, vai abrir precedentes, num ano abre-se um novo período, no ano seguinte, porque não há verba então não se abre e, entretanto, no ano anterior houve e vai-se ter os municípios a reclamar, perguntando porque é que no ano anterior houve um novo período. Há aquele período, as pessoas candidatam-se e, quase de certeza vai ter muitas propostas, fechou o período e não houve mais propostas, deve ficar por aí. Disse considerar necessário ter em atenção que são prazos administrativos, em dias úteis, e no regulamento não existe a referência a dias úteis, só dias. Das duas uma, ou se tira definitivamente a parte dos úteis, porque se refere a dias úteis, ou então todos os dias que são referenciados são dias úteis. Outra situação que disse não perceber, prendia-se com o artigo 15º, o qual aborda as obrigações do senhorio. Tanto quanto percebeu, o senhorio seria um terceiro em todo aquele relacionamento e não entendia como seria colocado a cumprir tais obrigações. Por último, disse querer perceber, já que todos têm prazos para cumprir, qual seria o prazo que vai ser estabelecido ao município para tomar a sua decisão? O presidente da Câmara Municipal disse considerar algumas das propostas pertinentes e não via motivos para serem recusadas e serem introduzidas no regulamento. A questão de haver dois períodos, prendia-se com uma segunda hipótese para casos excecionais, devendo ser mantida essa norma. -----

O presidente da Assembleia Municipal disse entender que a sugestão apresentada por Diana Paiva poderia ser convertida em proposta, no sentido de ser alterado o artigo 11º do n.º 1 do regulamento, que deveria passar a dizer: “A aprovação de candidaturas é da exclusiva competência da Câmara Municipal de Sever do Vouga, mediante proposta do serviço de ação social do município, a emitir no prazo de 30 dias”. Colocada a admissão da proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Desta forma, depois de realizadas as intervenções e introduzidas as alterações sugeridas, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta do Regulamento para Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais. -----

Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e sete membros presentes. -----

4.6 Regulamento de Incentivo à Natalidade: - Antes da análise da proposta do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga, foi aberto um período de intervenções:-----

Albano Macedo interveio para dizer que existem vários municípios que têm incentivos à natalidade e que o objetivo seria o de reduzir a desertificação, mas os resultados tardavam em chegar a esses municípios. Afirmou que estas medidas sociais representam, em primeiro lugar, uma ajuda simbólica para as famílias que decidem ter filhos. Disse ter consciência de que os autarcas querem apoiar a natalidade, mas o desemprego e a instabilidade familiar "remam contra mar". Disse julgar que poderiam dar incentivos aos casais com baixos rendimentos que optassem pelo segundo filho, pelo terceiro, através de subsídios mensais nos primeiros cinco anos de vida das crianças de modo a podermos estabilizar os movimentos gráficos da nossa população. A preocupação inicial deveria ser com os casamentos e criar possibilidades para os casais se fixarem no concelho durante, pelo menos, cinco anos, atribuindo incentivo a esses jovens casais. Não é por causa dos incentivos que a população no concelho aumenta. -----

Voltando à proposta apresentada, referiu que, nas condições gerais de atribuição, no ponto 4 refere que: “os requerentes não possuam quaisquer dívidas com o município ou segurança social e autoridade tributária”. Uma família que tem uma dívida à segurança social e tem um filho, provoca que a criança já não tenha direito ao subsídio. Disse julgar que não devia existir essa preocupação e deve ter-se em conta as pessoas. Disse, ainda, não concordar que fossem elegíveis apenas as despesas realizadas na área do município de Sever do Vouga em bens e serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança. Isso porque considerava que deveriam ser aceites todas as despesas relacionadas com a criança. Afirmou que aquela norma não iria criar medidas de apoio ao comércio local. Por outro lado, forçava as pessoas a gastar mais no comércio local, muitas vezes sendo desprezado o valor, quando poderiam comprá-lo, fora do concelho, por um preço inferior. -----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que, em relação à parte final, entendia que seria uma escolha da família adquirir um ou outro produto fora do comércio local, ficando com várias hipóteses de escolha e poder optar pelo que seja mais prioritário. -----

Em relação às condições, julgava serem impostas por lei. Isto é, que não se pode decidir a atribuição de apoios a quem deva ao município, como à segurança social e às finanças. ---

Depois de concluídas as intervenções a proposta foi colocada à votação. -----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a proposta do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga.-----

Vinte e seis votos a favor - Adérito Silva, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques, Sandra Silva, Sérgio Silva e Toni Martins-----

Uma abstenção - Albano Macedo.-----

4.7 Regulamento Recuperação Habitações Degradadas: - Antes da análise da proposta do Regulamento Municipal para Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas e à Auto-construção/Beneficiação, foi aberto um período de intervenções:-----

Foi dada a palavra a **Albano Macedo**, que referiu que a proposta apresentada refere que foi analisada a informação dos serviços e foi aprovada, por unanimidade, a proposta daquele regulamento. Ainda que foi criado um novo regulamento para consulta pública e submissão como proposta à Assembleia Municipal. Solicitou, assim, que informassem a data do edital de consulta pública, se foi afixado nos locais habituais e no site da autarquia e quais os contributos ou sugestões colhidas naquela consulta. Disse julgar que aquele regulamento só deveria ser submetido à apreciação e votação na Assembleia após ser efetuada a devida consulta pública. Mais solicitou os devidos esclarecimentos ou a retirada daquele ponto da ordem de trabalhos para se proceder à devida consulta pública.---

A pedido do **presidente da Câmara Municipal**, o **Diretor de Departamento** explicou que, no mesmo dia, o edital foi afixado nos locais de estilo, no diário da república e terminou ontem, o prazo de comunicação de reclamações e sugestões, não tendo havido logo o documento passou a uma versão final, como aconteceu com os três regulamentos apresentados nesta sessão. A Câmara Municipal decidiu submeter a consulta pública e proposta à Assembleia Municipal na condição de que, se houvesse alguma reclamação ou sugestão, seria retirado da ordem de trabalhos da presente sessão. Como não houve qualquer participação no período de audiência pública, tal como deliberado pela câmara municipal, o regulamento passou a versão final e seria submetido como sua proposta à apreciação e aprovação por parte da assembleia municipal. -----

Albano Macedo disse que, ou era emitida uma nova certidão para ser apresentada à Assembleia Municipal, já com essa informação que não houve recomendações ou sugestões, ou estaria ilegal.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse concordar com a sugestão de uma nova certidão, emitida agora terminado o período da consulta pública, e, se a Assembleia Municipal aceitar, substitui-se a certidão.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que um funcionário lhe tinha acabado de entregar um documento com informação sobre o fim da fase da audiência pública do regulamento em questão e com data de 30 de junho de 2017, no qual era referido que: *“na sequência da aprovação da proposta do Regulamento Municipal para Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas e à Auto-construção/Beneficiação, com a revisão do atual regulamento, pelo órgão executivo, na reunião do dia 10 de maio deste ano, foi emitido aviso datado de 15 de maio, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 103, do dia 29 de maio, sob o n.º 6030, inserido na página da internet deste município e afixado no átrio do município e locais de estilo das juntas de freguesia. Assim, foi cumprido o estipulado no artigo 101º do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, tendo-se dado o prazo de 30 dias, para apresentação de sugestões, que terminou no dia 28 de junho. Foi consultada a aplicação de registo de entradas no período de 15 de maio e 28 de junho, não tendo sido encontrada qualquer apresentação de sugestões. Assim, estão reunidas as condições para ser considerada aprovada a versão final do respetivo regulamento e subsequente publicação, na íntegra, do regulamento no sítio institucional da entidade e no Diário da República, 2ª Série.”*-----

O **Diretor de Departamento** informou que todas as publicações dos municípios passaram a ser cobradas e que era necessário formatar toda a documentação conforme exigido por parte da Imprensa Nacional da Casa da Moeda, sendo, depois, carregado numa plataforma e, a partir daí, a publicação foi muito demorada. Informou que, se o documento tivesse sido publicado de imediato, como deveria ter acontecido, provavelmente a certidão não seria a mesma, levando à reunião de Câmara no dia 14 de junho, mas não foi. A Câmara Municipal já tinha tomado essa posição, que era, aprovar já para o regulamento ir à discussão pública e ser levado à Assembleia Municipal e se, na discussão pública tivesse alguém que se opusesse à versão que estava, ele já não passava a definitivo.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse considerar que, com a informação entregue, que será, ao fim ao cabo, a certidão do fim da consulta pública, se a Assembleia Municipal aceitasse, juntava-se o documento como está, efetivamente, cumprido o período de discussão pública.-----

Colocado à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta do Regulamento Municipal para Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas e à Auto-construção/Beneficiação.-----

Votaram a favor os vinte e seis membros presentes. Diana Paiva não participou na votação deste ponto, porque se tinha ausentado antes da sua votação.-----

4.8 Energia Elétrica - Autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais: -

Concurso de Energia Elétrica: - Analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a assunção dos compromissos plurianuais relacionados com o fornecimento de energia elétrica a contratar com o lançamento de um único procedimento por concurso público denominado “Concurso Público Internacional para o Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal – Iluminação Pública (BTN-IP) dos Municípios de Albergaria-a-Velha, Anadia, Agrupamento de Entidades Adjudicantes do Município de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 27/2012, de 21 de junho.-----

Dezoito votos a favor – Adérito Silva, Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Sete abstenções – Carla Soares, Carla Tavares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, José Rocha, Sandra Silva e Toni Martins.-----

4.9 AEVA – Isenção de Juros de Mora: - Na sequência de diversos contactos e procedimentos para ser recebida a dívida da AEVA– Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro, pela ocupação dos espaços no Edifício do Vougapark e após notificação da dívida e dos juros de mora, devidos nos termos do contrato e legislação em vigor, veio aquela entidade solicitar a isenção desses mesmos juros de mora, por não ter recursos próprios para poder suportar essa despesa. Foram presentes e analisados o pedido da AEVA, a informação prestada pelo Diretor de Departamento e a proposta da Câmara a propor a submissão do pedido à Assembleia Municipal. Foi aberto um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes: -----

Toni Martins fez uso da palavra para dizer que a AEVA é, hoje, uma mais valia para a região de Aveiro e, em particular, para Sever do Vouga, dinamizando a maior infraestrutura de apoio empresarial do concelho. Mais disse que, o Vougapark, nesse ponto de vista, deve ser apoiado e devem ser compreendidas as diversas dificuldades e contratempus que podem ocorrer nas empresas. Salientou que, do seu ponto de vista, deveria ter sido informado dos montantes em dívida, bem como de uma informação mais completa mas, independentemente disso, julgava possuir elementos suficientes para formar a sua opinião em prol do concelho.-----

Albano Macedo disse querer explanar o assunto em seu nome pessoal e não em nome da bancada. Os juros por atrasos de pagamento de rendas da AEVA por utilização e ocupação do espaço no Vougapark estimados segundo os serviços em 4464 euros ou até 6685 euros ou até valores superiores imputados à referida instituição vem a esta Assembleia Municipal para que lhe seja concedido o seu perdão. Perante o pedido da referida instituição, e perante os considerandos expostos a mesma pede perdão dos juros vencidos e vincendos resultantes de rendas em atraso. A liquidação de juros de mora, por atrasos no pagamento de rendas ou impostos é obrigatória conforme referido no regulamento interno do Vougapark aprovado nesta Assembleia Municipal. De acordo com a informação dos serviços da autarquia, a referida instituição comprometeu-se a pagar juros de mora no caso de atrasos na liquidação das rendas quando assinou o contrato. Qualquer isenção de juros de mora por atrasos de pagamento de rendas contraria o dever moral do cumprimento das obrigações fiscais e tributárias criando assim uma desigualdade entre os ocupadores de

espaços no Vougapark que procuram cumprir as suas obrigações devidamente acordadas e regulamentadas. Perante atrasos de pagamentos de rendas por outras empresas ou instituições como é que se irá proceder? Será que esta isenção permitirá estabelecer uma política de justiça social? Em qualquer isenção ou benefício é estabelecido um prazo de cumprimento, isto é, se a instituição liquidar a dívida existente até ao dia que se estabeleça como prazo seriam, então, isentados os juros de mora, mas nem se sabe quando é que será o pagamento. Qual será esse prazo de liquidação da dívida? Terá alguma moralidade isenções ou perdões deste género? Entre as instituições, autarquia e a AEVA, ou EPA, têm de estar a ocupar e lecionar no Vougapark mas tal não pode ser considerada moeda de troca, por exemplo, por isenções ou benefícios desiguais aos outros utilizadores daquele edifício. Disse julgar existirem outros mecanismos financeiros que não propiciem a falta de cumprimento de taxas ou rendas e que permitem colmatar estes montantes de juros de mora. Por exemplo: se a escola mantiver uma lotação de 400 alunos no ano letivo de 2017/2018 e por cada aluno matriculado tiver um subsídio de apoio ao estudo de dez euros por aluno, logo a AEVA teria um apoio de quatro mil euros por ano que daria para colmatar as falhas. Tal evitaria que a associação fosse beneficiada por um incumprimento de pagamento de rendas e obrigaria a escola a manter uma lotação de alunos que possa trazer benefícios transversais ao concelho, movimentando o comércio local. ----- Por outro lado, os poderes tributários das autarquias manifestam-se nas leis das finanças locais, dispendo a Lei 73/2013, de 3 de setembro, que os municípios dispõem de poderes tributários quanto a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito manifestando-se estes poderes tributários em alguns impostos na fixação de taxas e concessão de isenções e benefícios fiscais. Não refere juros de mora por incumprimento pois seria inconstitucional. Os tributos referidos na legislação são uma receita cobrada pelo estado ou por outros entes públicos. A tributação tem como objetivo a satisfação das necessidades financeiras do estado e outras entidades públicas e promove a justiça social. Assim, e de acordo com a lei geral tributária, os tributos agrupam-se em três figuras distintas: os impostos, as taxas e as contribuições especiais, não podendo englobar juros de mora. A proposta de lei 92 que deu origem à Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, conferiu às assembleias municipais o poder, mediante proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, de conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos próprios por um período até cinco anos que podem ser renovados por igual período de tempo, que não é este caso, concedendo a lei um espaço de livre decisão que permite a definição integral dos pressupostos da atribuição dos benefícios fiscais e recomenda às assembleias municipais que adotem critérios vinculativos que confirmem previsibilidade mínima no exercício dos seus poderes garantindo respeito pelo princípio da igualdade. Disse ter muitas dúvidas se a Assembleia Municipal, que aprovou um regulamento do Vougapark e por a referida instituição Vougapark ter um regulamento interno em que estão previstas estas penalidades de juros de mora por atrasos de pagamento de rendas possa ter a devida competência e moralidade suficiente para permitir uma isenção que pode ser propiciadora de contínuos incumprimentos por esta e por outras entidades sediadas no Vougapark.-----

O **presidente da Câmara Municipal** pediu ao Diretor de Departamento que explicasse melhor qual tinha sido o entendimento em termos da despesa fiscal.-----

Foi dada a palavra ao **Diretor de Departamento** que explicou que o município dispõe de poderes tributários e um dos deveres previstos na legislação tributária prende-se com a liquidação de juros de mora, ou seja, quando a lei nos diz que a Assembleia Municipal pode, mediante proposta da Câmara Municipal devidamente fundamentada e dizendo qual é a despesa fiscal, decidir pela isenção, tal decisão deveria ser apresentada ao órgão deliberativo para esse efeito. -----

Pela parte final da exposição do senhor Albano Macedo, pode-se deduzir, na realidade, que a Assembleia Municipal será o órgão máximo e, para evitar que não aconteçam situações de desigualdade de tratamento, foi feita a sua informação, que está anexa, através da qual se informa que deveria vir esta proposta à AM para a isenção dos juros de mora.-----

Verificando-se haver dúvidas quanto à proposta apresentada, e porque deve haver prudência na decisão a tomar foi referido poder-se pedir um parecer jurídico à comissão de coordenação. Assim, foi decidido retirar a proposta e solicitar-se parecer jurídico à CCDRC. -----

4.10 3ª Revisão Orçamental: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 3ª Revisão Orçamental de 2017, que corresponde à 6ª Modificação, com um reforço do orçamento no valor de € 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).-----

Dezoito votos a favor – Adérito Silva, Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Seis abstenções – Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, José Rocha, Sandra Silva e Toni Martins.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer participação do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----